



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 035/2023

Senhora Presidente,

EM OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ E AO REGIMENTO INTERNO DESTE LEGISLATIVO, O SUBSCRITOR EXPÕE E AO FINAL REQUER.

CONSIDERANDO ser uma das funções do Legislativo Municipal fiscalizar os atos oriundos da Administração Pública, praticados pelo Senhor Prefeito Municipal e seu Secretariado, conforme dispõem o artigo 31 da Constituição Federal, o artigo 18 da Constituição do Estado do Paraná e o artigo 11, XI e XII da Lei Orgânica do Município de Assaí;

CONSIDERANDO a execução orçamentária do Município de Assaí, suas receitas e despesas;

CONSIDERANDO os gastos com folha de pagamento do município, que no último relatório de gestão fiscal, de Julho de 2023, estão em 46,99% da receita;

CONSIDERANDO a necessidade de valorização dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de critérios uniformes para o correto pagamento da conversão da licença prêmio em abono pecuniário aos servidores municipais, conforme previsto nos arts. 116 e 118 do Estatuto dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO que diversos servidores tem relatado que, a despeito da previsão legal, o Poder Executivo, ao contrário das administrações anteriores, não tem efetuado o pagamento da conversão da licença prêmio em abono para todos os servidores que assim solicitam;

CONSIDERANDO que existe disponibilidade financeira para o pagamento desse abono;

CONSIDERANDO o dever de transparência da administração municipal;

CONSIDERANDO ser dever do Sr. Prefeito Municipal, prestar à Câmara Municipal, dentro de 15 dias, as informações solicitadas, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade e infração político-administrativa, nos termos dos artigos 11, § 1º e § 2º da LOMA e 16, § 4º e § 5º do Regimento Interno do Legislativo Municipal;

REQUER

Após oitiva do Emérito Plenário e atendidos os requisitos do artigo 168 do Regimento Interno desta Casa, que seja enviado este Requerimento ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando as seguintes informações:

1 – Esclarecer, com base legal, como vem sendo feito o pagamento da conversão da licença prêmio dos servidores em abono pecuniário, nos termos dos arts. 116 e 118, explicando qual o critério adotado para o pagamento do abono para alguns servidores e o indeferimento do pedido para outros servidores municipais. Encaminhar tabela contendo todos os pedidos de

